



Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior

Re

----- **Ata número 2** -----

---Aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, pelas dezoito horas, no auditório do Centro Cívico de Santa Maria Maior, no município do Funchal, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia de Freguesia, convocada nos termos do artigo 13.º, n.º 1, Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, sob a presidência de Rubina Virgínia Teixeira Rodrigues Correia (PPD-PSD/CDS-PP), primeiro secretário, Pedro Miguel Abreu dos Santos Gouveia (PPD-PSD/CDS-PP), segunda secretária, Helena Verónica Ribeiro de Sousa (PPD-PSD/CDS-PP), estando ainda presentes os seguintes vogais: Tânia Sofia Andrade Gonçalves Caetano (PS), Ricardo Jorge Gouveia Mendes (PPD-PSD/CDS-PP), Marco Nuno Franco Freitas (JPP), Duarte Miguel Jesus Silvino (PS), Guido Marcelino de Mendonça Gomes (PS), Roberto Sousa Gouveia (PPD-PSD/CDS-PP), Alfredo de Freitas Gouveia (JPP), Sofia Raquel Rodrigues Freitas (PS) e Henrique Sousa Mota (CH), conforme lista de presenças assinada no livro de ponto. O deputado José António Damas Branco não compareceu nem se fez representar. A sessão seguiu a seguinte ordem de trabalhos:-----

---Período Antes da Ordem do Dia:-----

---Ponto um – Leitura, discussão e votação da ata número um, barra dois mil e vinte e cinco, de trinta de dezembro;-----

---Ponto dois – Apreciação, discussão e aprovação do Regimento da Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, para os anos de dois mil e vinte e cinco a dois mil e vinte e nove;-----

--Ponto três – Apreciação, discussão e aprovação dos documentos de prestação de contas relativos ao ano de dois mil e vinte e cinco;-----

---Ponto quatro – Apreciação, discussão e aprovação da primeira alteração modificativa ao orçamento de dois mil e vinte e seis;-----

---Ponto cinco – Apreciação e discussão do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais;-----

---Ponto seis – Apreciação, discussão e aprovação do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Licenças;-----

---Ponto sete – Apreciação, discussão e aprovação da proposta relativa às condições dos



Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior

RE  
VZ  
8

passeios da freguesia; -----  
---Ponto oito – Apresentação da Norma de Controlo Interno da Freguesia; -----  
---Ponto nove – Informação escrita do Senhor Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade da freguesia; -----  
---Período de Intervenção do Público. -----  
---Esteve também presente o Executivo da Junta de Freguesia da Coligação Funchal Sempre Melhor (PPD-PSD/CDS-PP), composto pelo Presidente da Junta de Freguesia, Celso Maurílio Vieira Mendes, o Secretário Paulo Jorge Baptista Vieira, a Tesoureira Maria Teresa Barros de Aguiar e o primeiro vogal, Luís Moniz Berenguer Lucas. A segunda vogal, Sandrina Filipa Freitas Gomes não esteve presente. -----  
---Verificada a existência de quórum e estando reunidas as condições legais, a Presidente da Assembleia de Freguesia deu início à sessão. -----  
---Antes de iniciar a discussão dos pontos da ordem do dia, a Presidente da Assembleia de Freguesia solicitou aos presentes a gravação de áudio para auxiliar a realização da ata, a qual foi aprovada por unanimidade.-----  
---De seguida, passou-se ao período antes da ordem do dia, onde a Presidente colocou em aberto as inscrições para uso da palavra.-----  
---O deputado eleito pelo partido JPP, Alfredo Gouveia solicitou a colocação de um espelho na rua de Santa Isabel, junto à passadeira, no entroncamento com a igreja da Boa Nova, uma vez que quem está na paragem de autocarro e quer passar para a rua Santa Isabel, durante a noite, as pessoas não conseguem ver os carros, uma vez que as plantas do jardim estão muito altas. Assim, solicitou a possibilidade da Junta de Freguesia interceder junto do município, de modo a analisar a situação e colocar um espelho dentro do jardim, facilitando aos peões a visualização de alguma viatura e, por sua vez, os automobilistas perceberem se existe algum peão na passadeira.-----  
---De seguida, usou da palavra o deputado Ricardo Mendes, em representação da Coligação Funchal Sempre Melhor (PPD-PSD/CDS-PP). Comunicou que, ao fim de doze anos o PSD voltou a esta casa. Santa Maria Maior escolheu um novo caminho, fazendo com entusiasmo como quem quer construir com a serenidade de quem sabe ouvir. Saudou a nova configuração da Assembleia, passando de duas forças políticas para quatro e



Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior

Re  
8  
V

transmitiu que a diversidade de opiniões, quando focada no bem comum, é sempre uma mais-valia. Referindo-se aos colegas da oposição, comunicou que no último mandato também fez parte da Assembleia de Freguesia como vogal da oposição, onde a sua postura não foi nem continuará a ser, figura de obstrução por decreto, nunca votou contra medidas que servissem o interesse superior da freguesia e dos fregueses. Referiu ainda, que este é um padrão estatual e de responsabilidade pública que a população exige dos seus representantes. Elevou a importância da apresentação de um orçamento rigoroso, afirmando que o compromisso da Coligação Funchal Sempre Melhor (PPD-PSD/CDS-PP), é garantir que o planeamento administrativo se traduza em benefícios reais para a população. Explanou que estamos num período de transição onde o Executivo se encontra a proceder a uma necessária reorganização. Após doze anos, é imperativo atualizar os métodos de trabalho, analisar os processos pendentes e garantir que esta estrutura esteja à altura das exigências atuais. O deputado proferiu que este período, desde a tomada de posse, serviu para “arrumar a casa”, automatizar processos, mantendo-se um padrão elevado de compromisso e de proximidade, como a população de Santa Maria Maior merece. Esta fase é o alicerce para que a gestão dos recursos seja realizada com a experiência devida, o que deu origem aos pontos a serem discutidos no dia de hoje. Reconheceu o trabalho feito pelo anterior executivo aludindo que não se limitarão a manter o que herdaram. A missão da Coligação – ora indicada –, é inovar e acelerar as respostas sociais e o contacto com as pessoas. Deu como exemplo a nova Norma de Controlo Interno da Freguesia, onde estabelece os procedimentos claros para prevenir e salvaguardar o património desta freguesia. Anunciou que os desafios de Santa Maria Maior não escolhem cores partidárias, seja no apoio social às famílias, na revitalização do comércio local ou na preservação do espaço público. O foco é o rigor. Não querem uma gestão de gabinete, mas sim uma governação de porta aberta. Enalteceu que Santa Maria Maior é demasiado grande para ser gerida de costas voltadas por esta Assembleia e, principalmente, com a população. Terminou, informando que o PSD trabalha com todos, com foco num único objetivo e para todos aqueles que aqui vivem, entre o mar e serra. -----

---De seguida, a deputada Tânia Caetano, eleita pelo partido PS, pediu a palavra



Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior

transmitindo que a sua intervenção foca-se na forma de distribuição de documentos e respetiva convocatória para esta sessão. Pese embora em janeiro, através da Presidente da Assembleia de Freguesia, tiveram o cuidado em pedir correções e alterações da ata da última sessão, da qual a deputada apresentou as suas sugestões, informou que o seu grupo parlamentar não recebeu a ata final que consta na ordem de trabalhos desta sessão. Uma vez que existem datas para a receção dos documentos para análise, pediu que existisse um maior cuidado na sua distribuição atempada, de forma a melhor se preparassem para esta sessão. Informou que a forma como os documentos foram enviados, deu a entender que foi tudo feito “em cima do joelho”, mesmo que a sessão tivesse de ser realizada até trinta de abril. No entanto, chegaram documentos repetidos num dia e em dias seguintes receberam outros, acabando-se por perder, de certo modo, o controlo da informação. Referiu que é verdade que foram convocados atempadamente, mas os documentos não a acompanharam de uma só vez. A deputada fez referência à facilidade do email para o envio da informação, comunicando que o grupo parlamentar que representa, gostaria que tivessem essa atenção. Por fim, questionou o senhor Presidente da Junta da Freguesia, a razão pela qual não houve a distribuição do cabaz da Páscoa. -----  
---Seguiu-se o pedido de uso da palavra do deputado Marco Freitas, em representação do partido JPP. Solicitou a intervenção do Presidente da Junta de Freguesia junto dos serviços competentes regionais para a melhor resolução, sobre um buraco existente sob o viaduto da estrada da Boa Nova, no entroncamento de acesso à Camacha e ao Centro de Inspeções da Madeira, estando já sinalizado com uma fita refletora há alguns meses, e em avançado estado de degradação. Informou que tem recebido algumas reclamações sobre a limpeza na rua Clube da Choupana, mais precisamente nas escadinhas do Clube da Choupana, onde supostamente a limpeza foi escassa naquela zona. Solicitou ainda ao Presidente da Junta de Freguesia, que apurasse, junto das entidades competentes, a melhor resolução no desembaraçamento de trânsito na zona do Jardim Botânico. Sendo já um antigo assunto por resolver, uma vez que há apenas uma zona de estacionamento na área, e muitos autocarros de turismo, carros rent-a-car e por vezes os transportes públicos da Horários do Funchal não conseguem passar, com carros mal estacionados. O deputado questionou o Presidente da Junta de Freguesia se sabia qual o ponto de situação dos



Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior

apartamentos do Canto do Muro que foram fechados, e se vão avançar para obras ou se vão ser demolidos. Indagou ainda, se já existem soluções para o bairro de Santa Maria. Existem muitas casas degradadas e não existe uma solução adequada. Ainda sobre a limpeza e após o vendaval que houve, informou que muitas folhas de palmeira caíram na estrada da Boa Nova e em cima dos carros junto à padaria Sésamo, encontrando-se em perigo aquelas que não caíram e que se encontram secas. Neste sentido, pediu que o Presidente da Junta de Freguesia aferisse junto do município, a possibilidade da adequada limpeza e aparo das palmeiras. Para finalizar, solicitou que fosse reconfigurada a paragem de autocarro existente na estrada da Boa Nova mais precisamente na entrada para a rua das Murteiras, com cobertura e passeio pedonal através do recuo do muro do jardim, que julga ser camarário. Desta forma, as pessoas quando saírem do autocarro têm abrigo da chuva e não correm o perigo de serem atropeladas. -----

---Estando os pedidos de intervenção no período antes da ordem do dia explanados e concluídos, a Presidente da Assembleia de Freguesia respondeu à deputada Tânia Caetano sobre o não envio da ata, admitindo o lapso na comunicação para envio da mesma, sendo que compete à mesa da Assembleia o envio das atas. Explicou que como havia sido enviada em janeiro e feitas as correções, presumiu-se, erradamente, que não seria necessário o envio do produto final. No entanto, como faz parte do ponto número um da ordem de trabalhos, a Presidente da Assembleia de Freguesia indagou a possibilidade da leitura da ata e respetiva homologação ou, se assim o entenderem a sua aprovação ficar para uma outra reunião. -----

---A deputada Tânia Caetano, eleita pelo partido PS, solicitou uma interpelação à mesa da Assembleia comunicando que seria mais correto proceder à votação da ata de dia trinta de dezembro de dois mil e vinte cinco numa próxima reunião, atendendo a que, após as sugestões de melhoria e correções, não receberam a versão final. A deputada informou que será morosa a sua leitura, sendo mais sensato passar este ponto para a próxima reunião. -----

---A Presidente da Assembleia de Freguesia informou o plenário de que apenas foram recebidas duas respostas dos vogais da Assembleia: uma da vogal Tânia Caetano, na qual foram apresentadas sugestões, as quais foram analisadas e acolhidas, e outra do vogal



## Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior

Duarte Silvino, manifestando concordância com o documento, sem qualquer oposição. Os restantes vogais não se pronunciaram no prazo indicado. A Presidente esclareceu ainda que, tendo sido introduzidas apenas as alterações referidas e não tendo sido apresentadas outras observações adicionais, se considerou o documento finalizado e apto para apreciação e eventual aprovação em sessão.-----

--- Seguiu-se a votação para manter o ponto um da ordem de trabalhos, que foi aprovado com cinco votos a favor da Coligação Funchal Sempre Melhor (PPD-PSD/CDS-PP), dois do JPP, um do partido CH e quatro votos contra do partido PS.-----

---De seguida, a Presidente da Assembleia de Freguesia passou a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia para responder às questões que foram colocadas, o qual comunicou que iriam proceder ao melhoramento dos procedimentos de forma a não se duplicar documentação. -----

---Relativamente à questão da deputada Tânia Caetano sobre os cabazes alimentares da Páscoa, a Junta de Freguesia tem ajudado as famílias tal como as escolas e que após reunião com os diretores das instituições, preferiram não receber amêndoas na época da Páscoa e canalizar esse valor para a atividade de final de ano, a ser realizado com todas as escolas. O valor que era utilizado para o cabaz da Páscoa está a ser canalizado para ajudar as famílias. Quanto à intervenção do deputado Marco Freitas, o Presidente da Junta de Freguesia, referiu que foram apontadas e tomadas em consideração as propostas do mesmo e que se espere uma boa resolução. Sobre a questão do ponto de situação dos bairros do Canto do Muro e de Santa Maria, transmitiu que não possui nenhuma informação. Afirmou que é um assunto que se arrasta há alguns anos, especialmente o bairro Santa Maria, que se encontra cada vez mais degradado, e que aguarda a melhor resolução camarária. Quanto ao bairro do Canto do Muro, a informação que dispõe é a mesma que há alguns meses. A entidade gestora encontra-se a realizar estudos de viabilidade. -----

---De seguida, a Presidente deu início à ordem de trabalhos com o ponto número um: Leitura, discussão e votação da ata número um, barra dois mil e vinte e cinco de trinta de dezembro. No uso da palavra, o deputado Alfredo Gouveia, em representação do partido JPP, questionou a mesa da Assembleia se, após o envio da última ata, existiram alterações.



Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

De forma a esclarecer melhor a plateia, a Presidente deu a palavra ao trabalhador da Junta de Freguesia, Hélder Freitas. O trabalhador que realiza a ata de Assembleia informou que após o envio da ata aos membros da Assembleia para análise, houve duas respostas: uma favorável, sem qualquer pedido de alteração ou sugestão por parte do deputado Duarte Silvino e uma outra resposta da deputada Tânia Caetano com algumas sugestões, bem aceites pela Presidente, da qual resultou a alteração textual da desagregação da contagem de votos por partido e a designação por extenso do partido CHEGA para abreviatura CH, estando assim em consonância com os restantes grupos parlamentares.-----

---A deputada Tânia Caetano, eleita pelo partido PS, pediu a palavra e reforçou que ainda propôs a numeração da ata nas suas sugestões, sendo que, após a instalação, retomaria à numeração normal, iniciando-se no número um. Não obstante, referiu que no ponto um da ordem de trabalhos da convocatória, encontra-se escrito “Apreciação da ata número cinco de dois mil e vinte e cinco”. Em resposta, a Presidente da Assembleia de Freguesia explanou que a ata de instalação não dispõe de número e que efetivamente, fora aceite a proposta apresentada pela deputada Tânia Caetano, passando-se a numerar a ata da sessão de trinta de dezembro por número um. As alterações foram realizadas de acordo com a proposta apresentada e que após aprovação, o plenário receberá por email a ata final com as respetivas alterações enumeradas. -----

---Imediatamente, a deputada Tânia Caetano, em representação do partido PS, informou que, a bancada que representa, não tem intenções de votar contra a ata realizada, mas gostariam de ter conhecimento prévio da mesma, solicitando o adiamento da apreciação do documento. De seguida, A presidente da Assembleia de Freguesia passou a palavra ao primeiro Secretário da mesa, Pedro Gouveia que informou que quando há um ponto na ordem de trabalhos que deva ser retirado, esse mesmo ponto deve ser votado pela Assembleia, informação presente na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Explicou ainda que como a maioria dos presentes vogais votou para se se manter este ponto na ordem de trabalhos, não podemos retirar este ponto da agenda. Toda a alteração à ordem de trabalhos estipulada, tem de ser votada em plenário da Assembleia de Freguesia, daí ser colocado à votação o ponto um da ordem de trabalhos. -----

---O deputado Alfredo Gouveia, eleito pelo partido JPP, pediu a palavra, a qual foi aceite,

Handwritten initials and scribbles in blue ink, including a large 'A' and 'R' at the top, and a signature-like scribble below.



Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior

comunicando que compreende a posição do partido PS. Uma vez que o resultado final e o teor da ata não foram alterados, coadunam com a votação favorável do respetivo ponto da ordem de trabalhos. -----

---Após discussão, a leitura da ata foi dispensada, sendo aprovado o ponto número um da ordem de trabalhos com cinco votos a favor da Coligação Funchal Sempre Melhor (PPD-PSD/CDS-PP), dois do JPP e um do partido CH com a abstenção de quatro votos do partido PS. A deputada Tânia Caetano, eleita pelo partido PS, apresentou uma declaração de voto onde informou que o partido que representa, absteve-se na votação do ponto número um, porque após as alterações efetuadas ao documento, não teve conhecimento da versão final da ata que foi agora à votação. -----

---Posteriormente, passou-se ao ponto dois: Apreciação, discussão e aprovação do Regimento da Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, para os anos de dois mil e vinte e cinco a dois mil e vinte e nove. Não havendo intervenções no período de discussão, foi colocado à votação, sendo aprovado por unanimidade, com cinco votos a favor da Coligação Funchal Sempre Melhor (PPD-PSD/CDS-PP), quatro votos do partido PS, dois do JPP e um do partido CH;-----

---A Presidente da Assembleia de Freguesia passou ao ponto número três: Apreciação, discussão e aprovação dos documentos de prestação de contas relativos ao ano de dois mil e vinte e cinco. Foi passada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia, o qual passou a palavra à Tesoureira. Neste ponto, a Tesoureira explanou que existiram dois executivos durante o ano de dois mil e vinte e cinco e que o que está em apreciação e discussão é o ano inteiro de dois mil e vinte e cinco. De seguida, apresentou o saldo de gerência após as previsões, execução da receita e a execução da despesa. -----

---Relativamente ao orçamento aprovado, respetiva revisão orçamental e inclusão do saldo de gerência para o ano de dois mil e vinte e cinco, totalizou-se o valor de seiscentos e vinte e cinco mil, cento e setenta e seis euros e oitenta e dois euros, representando um aumento na ordem de quatro vírgula dezassete por cento. -----

---No que diz respeito ao orçamento da receita e à sua execução, a Tesoureira informou que o valor se situou nos seiscentos e nove mil, seiscentos e setenta e sete euros e vinte e um cêntimos. Comunicou que as receitas, maioritariamente provêm do Contrato Inter-



Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

administrativo e do Fundo de Financiamento de Freguesias. -----

---Quanto à despesa de execução, a Tesoureira transmitiu que se situaram em quinhentos e sessenta e três mil, oitocentos euros e noventa e sete cêntimos. -----

---Em termos de variação, apenas as despesas com o pessoal, em dois mil e vinte e cinco, sofreu um aumento, enquanto todas as outras rubricas da despesa corrente apresentaram um decréscimo. -----

---Transmitiu que a maior despesa é com o pessoal, conforme haviam conferido na conceção do orçamento para o ano de dois mil e vinte e seis, seguindo-se as transferências e subsídios recorrentes e a aquisição de bens e serviços. -----

---No que respeita ao plano Plurianual de Atividades, a Tesoureira referiu que foram colocados por ordem do montante previsto inicial, onde se pode identificar que a maior execução fixou-se no apoio às condições de vida das famílias da freguesia, seguindo-se o apoio às escolas básicas públicas da freguesia, culminando com os passeios promovidos pela Junta de Freguesia.-----

---Na execução do Plano Plurianual de Investimentos, a maior fatia foi para a reparação das escolas da freguesia, seguindo-se a colocação e manutenção dos varandins da freguesia e obras no próprio edifício onde se encontra situada a Junta de Freguesia. -----

---Como proposta de alteração modificativa ao orçamento, que se encontra sujeita à aprovação da Assembleia de Freguesia, propõe-se a seguinte distribuição: cinco mil euros para obras do edifício, dois mil e quinhentos euros para aquisição de material informático, dois mil e quinhentos euros para a aquisição de maquinaria e mobiliário e dez mil euros para o Orçamento Participativo. Relativamente às famílias, o valor remanescente é de vinte e cinco mil, oitocentos e sessenta e seis euros e vinte e quatro cêntimos. -----

---Após a explanação da Tesoureira, a deputada Tânia Caetano, do partido PS, pediu a palavra, salientando que o valor atribuído ao Orçamento Participativo na documentação que recebeu, constava o valor de quatro mil euros. -----

---Entretanto, o deputado Alfredo Gouveia, eleito pelo partido do JPP, pediu esclarecimento sobre o valor retirado no âmbito da rubrica da limpeza e manutenção das veredas. No Plano Plurianual de Investimentos do ano de dois mil e vinte e cinco, o valor descrito na documentação entregue previamente, não corresponde à explicação da

Handwritten initials in blue ink, including 'de' and several scribbles.



Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior

Tesoureira. Comunicou que, na documentação que recebeu, esta rubrica tinha uma dotação orçamental de vinte e três mil, duzentos e cinquenta euros e na apresentação realizada alterou-se para quatro mil, trezentos e cinquenta euros. Sendo esta, uma das competências mais importantes de uma Junta de Freguesia, confrontou esta disparidade de valores apresentados. -----

---De seguida, a técnica Robina Joaquim, trabalhadora da empresa responsável pela contabilidade da autarquia, solicitou a palavra, a qual foi aceite, informando que este plano foi revisto já no início do ano, uma vez que as despesas com o Plano Plurianual de Investimento são suportadas pela despesa corrente e por sua vez pelos programas ocupacionais. Como a Junta de Freguesia já tem a mão de obra através dos programas de emprego, apenas tem de comprar o material a ser utilizado, daí o plano ter sido revisto. Informou ainda que é apenas colocada à votação em Assembleia, quando há um novo plano ou uma nova rubrica. Foi feito apenas um ajuste dos valores entre rubricas. -----

---Devido às dúvidas apresentadas, a segunda secretária da mesa interveio, explanando que o valor global não se alterou. O que se altera é a passagem de um valor estimado que se encontrava numa rubrica, a qual se previu que não era mais necessária a sua utilização plena, passando o remanescente para uma outra, menos dotada. Nestas situações, elucidou que se procedeu a uma alteração normal dentro do orçamento, reforçando uma rubrica que tinha menos dotação, passando o valor remanescente, que não vai ser utilizado naquela rubrica, para outra com menos valor. Esta diminuição e aumento de rubricas, não significa que há saída de um valor do orçamento. Apenas são redirecionados valores dentro do previamente delineado, mantendo-se o valor global aprovado em orçamento. Referiu ainda que, ao longo do ano e da respetiva aplicação do orçamento, o Executivo pode notar que há mais necessidade numa rubrica do que em uma outra. Neste sentido, procede-se à adaptação e a uma alteração orçamental, de forma mais equilibrada, reforçando uma rubrica e diminuindo outra. Informou ainda que em termos orçamentais é assim que funciona, contudo pode não haver concordância com algum vogal. -----

---Imediatamente, os deputados eleitos pelo JPP, Alfredo Gouveia e Marco Freitas, transmitiram que a dúvida persiste e que chama logo à atenção. Esta rubrica – limpeza e manutenção das veredas – é uma das mais importantes competências de uma Junta de



Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior

Freguesia e denota-se uma “derrapagem” de cerca de dezassete mil euros no orçamento. ---Entretanto, devido à elevada discordância, a Presidente da Assembleia de Freguesia colocou este ponto para uma próxima reunião extraordinária, onde os valores possam estar mais esclarecidos. -----

---Imediatamente, o deputado do partido JPP, Marco Freitas, informou que está a tirar dúvidas questionando a Assembleia se esta alteração orçamental foi realizada antes deste novo executivo tomar posse ou posteriormente. -----

---O deputado Alfredo Gouveia do partido JPP, questionou se não foram feitas limpezas e manutenções pela freguesia até outubro. Neste caso, solicitou os melhores esclarecimentos. Logo de seguida, a Presidente da Assembleia de Freguesia suspendeu os trabalhos por cinco minutos, de forma a ser resolvido este ponto. -----

---Após a suspensão da sessão, a Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia. Celso Mendes pediu para retirar os pontos três e quatro da ordem de trabalhos. Uma vez que tem de ser aprovado até trinta de abril, informou que o Executivo iria pedir uma prorrogação de prazo ao Tribunal de Contas, até cinco de maio.

---De seguida, a técnica Robina Joaquim, trabalhadora da empresa responsável pela contabilidade da autarquia solicitou o uso da palavra, comunicando que em concordância com a Assembleia, estes pontos podem ser tratados em reunião extraordinária até ao fim do mês, em data a agendar. -----

---Após discussão e concordância de todos, a Presidente da Assembleia de Freguesia informou que, em articulação com o Executivo, será agendada uma reunião extraordinária de Assembleia de Freguesia. -----

---Após apreciação e discussão, foi solicitado pelo Presidente da Junta de Freguesia a remoção deste ponto, o qual, após votação, foi aprovado por unanimidade com cinco votos a favor da Coligação Funchal Sempre Melhor (PPD-PSD/CDS-PP), quatro votos do partido PS, dois do JPP e um do partido CH.-----

---Passou-se ao ponto quatro da ordem de trabalhos: Apreciação, discussão e aprovação da primeira alteração modificativa ao orçamento de dois mil e vinte e seis. Após apreciação e discussão, foi solicitado pelo Presidente da Junta de Freguesia a remoção deste ponto, o qual, após votação dirigida pela Presidente da Assembleia de Freguesia,



Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior

foi aprovado por unanimidade com cinco votos a favor da Coligação Funchal Sempre Melhor (PPD-PSD/CDS-PP), quatro votos do partido PS, dois do JPP e um do partido CH.-----

---Posteriormente, a Presidente da Assembleia de Freguesia passou ao ponto cinco: Apreciação e discussão do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais, passando a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia, que por sua vez passou-a à Tesoureira. Comunicou que o Executivo pediu aos colaboradores da Junta de Freguesia para identificarem todos os bens que constavam do anterior inventário, discriminando aqueles que já não existiam ou que não têm valor, direcionando-os para abate. A Tesoureira informou que esta prática irá se manter nos próximos tempos devido à lista extensa de bens, identificando-os de uma melhor forma tornando o processo mais ágil. --

---Após apreciação por parte do plenário, não houve nada a acrescentar.-----

---Relativamente ao ponto seis: Apreciação, discussão e aprovação do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Licenças, foi solicitado pelo Presidente da Junta de Freguesia a remoção deste ponto, o qual, após votação, foi aprovado por unanimidade com cinco votos a favor da Coligação Funchal Sempre Melhor (PPD-PSD/CDS-PP), quatro votos do partido PS, dois do JPP e um do partido CH.-----

---Quanto ao ponto número sete: Apreciação, discussão e aprovação da proposta relativa às condições dos passeios da freguesia, a Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia. A plateia foi informada que a proposta apresentada não carece de publicação em Diário da República, apenas da homologação da Assembleia de Freguesia por se tratar apenas de condições de acesso. Transmitiu ainda que estão a ser realizados outros regulamentos que, no entanto, estão a ser desenhados. Uma vez que já existia muita informação para ser apreciada e discutida nesta reunião, esses normativos serão apresentados numa posterior sessão. Neste sentido, informou que, após finalizados, serão colocados à discussão pública durante trinta dias e posteriormente serão apresentados em sessão da Assembleia de Freguesia. -----

---A deputada Tânia Caetano, do partido PS, pediu a palavra e comunicou ao plenário, que a proposta apresentada relativa às condições de participação nos passeios da freguesia, apresenta-se, à primeira vista, como uma iniciativa meritória, orientada para a



## Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior

promoção do convívio, do bem-estar e da coesão social. Por outro lado, transmitiu que numa análise mais atenta ao seu conteúdo, revela fragilidades sérias no seu entender, que a levam a votar contra esta proposta. Enumerou a importância da equidade financeira, uma vez que a proposta apresenta uma distinção entre participantes com base na sua capacidade económica, mas fá-lo sem definir critérios claros e objetivos. Refere-se à possibilidade de isenção para situações de carência sem definir os documentos necessários e sem estabelecer limites de rendimento, que permitam aferir, de forma justa e transparente, quem pode beneficiar desse apoio. A deputada invocou que esta ausência de critérios abre espaço à subjetividade na decisão, podendo gerar situações de desigualdade e até de constrangimento para os fregueses que, necessitando de apoio, serão obrigados a expor a sua situação sem garantias de tratamento equitativo. Tânia Caetano acrescentou ainda que os custos com a alimentação, são integralmente suportados pelos participantes. Referiu que esta opção, por si só, constitui uma barreira real à participação de famílias com menores recursos, esvaziando qualquer intenção de inclusão social que a proposta possa invocar. Em segundo lugar, referiu que o processo de inscrição e seleção, levanta preocupações relevantes, como a obrigatoriedade de inscrição ser exclusivamente presencial na sede da Junta de Freguesia. Além de limitar o acesso a quem dispõe de tempo, mobilidade e proximidade geográfica, coloca em desvantagem, os trabalhadores com horários rígidos, pessoas com dificuldades de locomoção ou residentes mais afastados, contrariando o princípio da igualdade de oportunidades. Ainda sobre este tema, a deputada refletiu sobre o critério de prioridade baseado apenas no número de participações anteriores, embora aparentemente justo, ignora fatores sociais fundamentais, tal como não considera situações de isolamento social, vulnerabilidade económica ou ausência de rede de apoio, realidades que deveriam sim, merecer especial atenção e prioridade numa iniciativa desta natureza. De seguida, referiu que não se pode ignorar a ambiguidade quanto ao público-alvo. Embora o documento mencione os residentes, a sua fundamentação centra-se nos menos novos, o que pode criar um sentimento de exclusão entre outros grupos, igualmente vulneráveis da freguesia, como desempregados de longa duração ou jovens em risco. Considera que uma política verdadeiramente inclusiva, não deve deixar margem para dúvidas sobre quem pode ou

Handwritten initials in blue ink, possibly "ARe" and "BVS".



Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior

não participar. Direccionando-se para o Presidente da Junta de Freguesia, referiu que uma proposta desta natureza, deve ser um instrumento de inclusão, de proximidade e de justiça social. A proposta tal como está redigida pode produzir o efeito contrário, excluindo precisamente aqueles que mais beneficiariam destas iniciativas. Pelas razões enumeradas, considerou que o regulamento deveria ser revisto, nomeadamente através da definição clara de critérios económicos para isenção da diversificação dos meios de inscrição e da incorporação de critérios sociais mais justos no processo de seleção. Finalizou transmitindo que enquanto estas falhas persistirem, não podem, em consciência, votar favoravelmente nesta proposta. -----

---Seguidamente, o deputado Alfredo Gouveia, eleito pelo partido JPP, transmitiu ao plenário que, o grupo parlamentar o qual representa, mantém duas das críticas que foram apresentadas pelo partido PS, nomeadamente a questão da não definição da pessoa que pode ser beneficiada em função dos rendimentos, quem procede a pagamento e quem não o faz. Referiu que a questão das pessoas terem de pagar as suas refeições nos passeios, considera um mal menor. Contudo, o regulamento deve ser claro em quem é o beneficiário em função dos seus rendimentos, qual o rendimento mínimo, quais os valores e em que base estará assente a definição da isenção. Por outro lado, da mesma forma que a Junta de Freguesia tem meios de comunicação para com a população nos anúncios das suas atividades, considera também importante que seja possível realizar a inscrição através do email, telefone ou outro meio, sem ser apenas presencial. Como foi referido, há pessoas que não têm oportunidade no seu horário normal, em se deslocar à Junta de Freguesia. Neste sentido, considerou que deverá ser revisto estes pontos do normativo, de forma a chegar-se a um melhor consenso. -----

---O Presidente da Junta de Freguesia pediu a palavra, reconhecendo, efetivamente, que as condições de acesso do documento analisado não estão bem explícitas e concordando com as observações enumeradas, solicitou os melhores contributos e melhorias do plenário. Informou ainda, que a forma como é feito e a quem de direito possuirá isenção, irá constar no regulamento geral de apoios sociais, que se encontra em estado de finalização. Concluiu com o pedido de remoção deste ponto, o qual, após votação, foi aprovado por unanimidade com cinco votos a favor da Coligação Funchal Sempre Melhor



Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior

*[Handwritten signatures in blue ink]*

(PPD-PSD/CDS-PP), quatro votos do partido PS, dois do JPP e um do partido CH. -----  
---De seguida passou-se ao ponto oitavo: Apresentação da Norma de Controlo Interno da Freguesia, o qual, seguindo-se o uso da palavra do Presidente da Junta de Freguesia o qual delegou à Tesoureira. Informou que a proposta de Norma de Controlo Interno já existia e apenas foi realizada uma atualização e adequação na linguagem. Referiu que o seu objetivo é adequar as exigências dos regimes financeiros e procedimentais internos garantindo uma maior e melhor segurança à circulação de documentação que envolva dinheiro. Associada à Norma de Controlo Interno, também será definido alguns procedimentos de caixa, para robustecer o manuseamento de dinheiro. Os documentos inerentes a esta Norma são emitidos pelos nossos sistemas de informação, dando mais responsabilidade e agilidade àquelas pessoas que trabalham com valores. -----  
---Após colocado à consideração do plenário, não houve nada a acrescentar. -----  
---Por fim, procedeu-se à apreciação, discussão e votação do ponto nono da ordem de trabalhos: Informação escrita do Senhor Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade da freguesia.-----  
---Posteriormente, o deputado Guido Gomes, eleito pelo partido PS, pediu a palavra comunicando à plateia que ficou elucidado com a informação da atividade do Presidente, contudo, triste, ao saber que uma freguesia que tem mais de doze mil habitantes não exista a atribuição de cabazes de emergência. Recordou que há seis meses, existia um leque de pessoas a ganhar o salário mínimo, hoje alguns têm reformas de miséria de duzentos ou trezentos euros. Essas pessoas eram contempladas com cabazes alimentares de emergência. Outras famílias, mesmo com salário mínimo e com três ou quatro crianças, chegavam à Junta de Freguesia a pedir ajuda, onde, esporadicamente, eram atribuídos cabazes de emergência. Neste sentido, questionou o Presidente da Junta de Freguesia, como é que nestes últimos três ou quatro meses apenas vê no seu relatório de atividades, a atribuição de quatro cabazes de emergência. Considerou muito pouco apoio, para uma freguesia tão grande e com as necessidades que apresenta. Referiu que não é num espaço de três meses que estas famílias passaram a ter mais riqueza. Por outro lado, indagou o Presidente da Junta de Freguesia, por que razão foi suprimido o cabaz da Páscoa. Em anos anteriores sempre foram atribuídos e sempre houve verba no orçamento, não



Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior

compreendendo a razão pela qual, a Junta de Freguesia já não atribui este tipo de apoio. Questionou o Presidente da Junta de Freguesia, se esta casa deixou de dar apoio social e de se preocupar com as pessoas. Por fim, deixou um alerta sobre a não continuidade dos passeios e a necessidade desta regulação. Reforçou que uma Junta de Freguesia não é uma agência de viagens. Citou que a composição de uma Junta de Freguesia é eleita pela população para defender essa mesma população e como tal devem ser feitos passeios à medida, com valores mínimos e baratos para que as pessoas possam aderir, não para pessoas de posse, mas sim para aquelas com mais necessidade. Considerou que deve ser acertado uma verba, o participante deve pagar o seu almoço e a Junta de Freguesia pode retirar do seu orçamento, um valor para pagar os transportes. Lembrou que, enquanto anterior líder da autarquia, assim o fez durante doze anos e nem por isso a Junta de Freguesia abriu falência. Pode ser seguida outra metodologia de trabalho, mas tendo sempre em atenção as pessoas da freguesia, em vez de fazer um regulamento discriminatório. -----

---De seguida, a Presidente da Assembleia de Freguesia passou a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia. Celso Mendes transmitiu que a atribuição dos cabazes alimentares de emergência, como o nome por si só o indica, são para situações de emergência e pontuais. Comunicou, como mencionado anteriormente, que se encontram a preparar um regulamento geral para apoios sociais. A proposta de condições para os passeios não foi aprovada, pelas falhas que já foram aqui demonstradas. Porém há, efetivamente, um reforço no apoio às famílias no Orçamento. Quanto à atribuição dos cabazes da Páscoa, o Presidente elucidou que já aqui o respondeu, diretamente à deputada Tânia. Todavia, a sua atribuição e regulamentação será remetido para a parte social. Relativamente à atribuição dos cabazes alimentares de emergência, referida pelo deputado Guido Gomes, Celso Mendes mencionou que há situações de emergência onde, naquele momento, em que não há capacidade de resposta de outras instituições, a Junta de Freguesia auxiliou, de entre os quais, recentemente, foram apoiadas quatro famílias. Informou que todos os outros pedidos de apoio foram resolvidos, a tempo e a horas, através do apoio das Instituições Particulares de Solidariedade Social existentes na Região. Relativamente aos transportes dos passeios, mencionou que até o dia de hoje, ninguém pagou transportes.



Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior

São gratuitos, os participantes pagam apenas a refeição. Quanto à alimentação durante a promoção dos passeios e conforme proposta apresentada para a definição das condições para a participação nos passeios, documento não aprovado por esta Assembleia, encontra-se descrito que, em caso de incapacidade financeira da pessoa, a Junta de Freguesia substitui-se. Enquanto o antigo executivo pagava os transportes aos residentes e não residentes, a diferença da promoção dos passeios com o atual executivo é que, atualmente, a Junta de Freguesia fornece, gratuitamente, o transporte a todos os residentes de Santa Maria Maior. Quanto aos não residentes na freguesia, que queiram participar dos passeios promovidos pela entidade, o Presidente da Junta de Freguesia referiu que por decisão deste Executivo, estes participantes pagam o transporte e a alimentação. Mencionou que há também um cuidado a ter com as pessoas com fraca mobilidade, onde há a exceção de um não residente acompanhar a pessoa residente, mantendo-se as condições daquele que reside na freguesia. -----

---Seguiu-se o período de intervenção do público, contudo, como não existiu qualquer inscrição, a Presidente da Assembleia de Freguesia propôs aos presentes que a ata desta sessão fosse aprovada em minuta, de forma a entrarem em vigor os pontos aprovados. --

---Após votação, foi deliberado por unanimidade, com cinco votos a favor da Coligação Funchal Sempre Melhor (PPD-PSD/CDS-PP), quatro votos do partido PS, dois do JPP e um do partido CH.-----

---De seguida a Presidente deu por encerrada a sessão pelas dezanove horas e trinta minutos.-----

---E de tudo para constar, se lavrou a presente ata que depois de lida, aprovada e subscrita, vai ser devidamente assinada.-----

(A Presidente da Mesa)

(O 1.º Secretário)



Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior

(A 2.ª Secretária)

Re

Redator: Helder Freitas